

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA - FOA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA – UniFOA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CÉLIA REGINA DA SILVA PIRES SANTOS

**EXCLUSÃO DIGITAL: OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÓS PANDEMIA**

VOLTA REDONDA

2023

CÉLIA REGINA DA SILVA PIRES SANTOS

**EXCLUSÃO DIGITAL: OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÓS PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social, do Centro Universitário de Volta Redonda- (UNIFOA), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Ramalho Gandra

VOLTA REDONDA

2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por me permitir viver este momento, tão especial em minha vida, pelas conquistas alcançadas, pela força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso;

Aos meus filhos, que em todos os momentos sempre estiveram presentes na busca do meu sonho, vocês são a minha essência, a base para seguir em frente, me dando suporte para realizar todas as tarefas ao longo dessa caminhada. Amo-os incondicionalmente;

Ao meu amigo Padre Darcy Furtado, por me apoiar nessa decisão tão especial de um novo recomeçar, em minha vida;

Aos meus colegas discentes que contribuíram nesses quatro anos de graduação, em especial: Júlia Duarte, ao qual levarei nossa amizade para a vida toda, uma colega e amiga que sempre está disposta a me ajudar e Carine por me auxiliar por vários momentos nesses anos;

Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que me acolheu desde o primeiro dia do estágio supervisionado, a experiência foi maravilhosa. À minha supervisora de campo, Assistente Social Gabriela Durã, Assistente Social Carolina e todos os profissionais do CREAS, vocês não têm ideia o quão importante foi compartilhar tantos momentos e aprendizados durante o período de estágio. Levarei comigo os diálogos e incentivos, obrigada por permitirem que eu acompanhasse todas as intervenções profissionais possíveis;

A todos os docentes, minha eterna gratidão, aos ensinamentos realizados durante o curso; trocas de experiências e diálogos foram fundamentais nesse processo. Cito aqui meu orientador Marcos Aurélio, minha eterna gratidão por todo o apoio, compreensão, paciência e principalmente motivação, sua leveza trouxe segurança, você é incrível.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso tematiza exclusão digital, pandemia da COVID19 e as consequências na educação. Define-se como problema de pesquisa os desafios enfrentados no sistema educacional remoto, ante à agudização das desigualdades sociais no contexto da pandemia da COVID19. O objetivo geral é explicitar a pandemia do novo coronavírus e, a partir da caracterização da questão social, analisar os efeitos de suas expressões na realidade social, do sistema educacional remoto. Tendo em vista que uma grande parcela dos estudantes estava excluída digitalmente do novo modelo emergencial de educação no período atípico pandêmico. No que concerne a temática, a metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa foi a revisão bibliográfica por meio de textos, artigos e livros sobre a temática e posterior sistematização dos materiais selecionados, além da pesquisa de documentos normativos. Para apreender o objeto de estudo do presente trabalho, foi utilizado o método materialista dialético que é uma corrente filosófica que utiliza o conceito de dialética para entender os processos sociais ao longo da história, entendida sempre em movimento, podendo ser transformada pelas ações humanas. Inicialmente discorre-se a acerca do capitalismo, desdobrando-se em múltiplas expressões de desigualdades sociais, de acordo com determinantes históricos e conjunturais, que acarretam a questão social na vida social da humanidade. Evidencia-se a fragilidade do sistema educacional no Brasil, que já enfrentava entraves decorrentes da falta de desenvolvimento de políticas públicas, e o agravamento no período da pandemia de COVID-19. O sistema educacional que já enfrentava entraves para a formação da cidadania, se depara com novos desafios a partir das consequências geradas pelo novo vírus da pandemia de coronavírus. A falta de artefatos para os estudantes de baixa renda, colocou-os em desvantagem no novo modelo emergencial de ensino remoto, produzindo consequências negativas na vida social, por serem excluídos digitalmente, sem condições de ter acesso ao uso das tecnologias digitais. Entende-se, por meio deste estudo, que a pandemia revela a fragilidade do sistema educacional no Brasil, conquistado na Constituição Federal 1988, reiterando importantes desafios relacionados à questão social.

**Palavras chaves:** Exclusão digital; pandemia; Educação.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1 – IMPACTOS DO CAPITALISMO ATUAL NA QUESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>10</b>
1.1 QUESTÃO SOCIAL.....	15
<b>CAPÍTULO 2 – OS DESAFIOS DA EXCLUSÃO DIGITAL.....</b>	<b>18</b>
2.1 DESAFIOS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA: A EXCLUSÃO DIGITAL ACENTUADA PELA COVID-19 NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

A motivação pelo tema escolhido como objeto de estudo do trabalho de conclusão do curso, foi ter presenciado os problemas que os alunos e famílias da rede pública de ensino enfrentaram no período da pandemia, quando a (OMS) Organização Mundial da Saúde, por medida preventiva de contágio do vírus COVID-19, decretou o isolamento social. Muitos destes não possuíam equipamentos, os que possuíam, não estavam adequados e, também a falta da internet necessária para o acompanhamento das aulas online juntamente com as tarefas.

O presente documento possui o intuito de apresentar o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), que compõe o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, cuja finalidade da elaboração deste trabalho é atender uma das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. O TCC consiste em uma pesquisa aprofundada sobre determinado tema de escolha do discente, com base no arcabouço teórico-metodológico e ético-político da profissão estudados durante o percurso da graduação.

No que concerne, como temática desse trabalho será abordado, a “exclusão digital no período da pandemia de COVID-19, e o agravamento nas escolas públicas”. Nas reflexões deste trabalho de conclusão de curso, ainda que de modo brevíssimo, buscou-se nesse item contextualizar o início do surgimento do capitalismo, suas inúmeras transformações na contemporaneidade, e questão social e o direito à educação no ordenamento jurídico.

O primeiro caso de covid-19 no Brasil foi anunciado no dia 26 de fevereiro de 2020, a doença se espalhou rapidamente pelo Brasil, assim como teve um resultado devastador na vida cotidiana das pessoas em todo mundo, milhões foram infectadas e perderam suas vidas devido a complicações causadas pelo vírus. Essas mudanças tiveram um efeito emocional e psicológico na população intensificando a solidão e o isolamento social.

O distanciamento social e as restrições impostas para conter a propagação do vírus alteraram a forma como interagimos e nos relacionamos uns com os outros. A necessidade do distanciamento social como estratégia de saúde pública para reduzir o contágio agravou problemas políticos, econômicos e sociais.

A pandemia da covid-19 aprofundou as desigualdades socioeconômicas, tornando a parcela mais pobre da população ainda mais vulnerável, e isso se deve a fatores como a falta de acesso às redes de saneamento básico e a falta de acesso à tecnologia e/ou à internet de qualidade, o que dificultou a continuidade dos estudos de muitas crianças e adolescentes.

A pandemia aumentou a desigualdade social, rompeu com a educação presencial e deixou os estudantes na vulnerabilidade da exclusão digital e da exclusão social, tendo em vista que uma grande parcela da população tem dificuldades no acesso às plataformas, por falta de recursos, como uma boa banda larga e aparelhos adequados para as aulas online.

A sociedade está vivenciando um momento em que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são ferramentas protagonistas e estão cada vez mais presentes no cotidiano da população.

As relações sociais passam a ser estruturadas de modo multidirecional, em uma distribuição horizontal de interações, e a informação e o conhecimento assumem um papel central, tornando o seu acesso uma necessidade básica. É inegável que a vida cotidiana no início do século XXI é nitidamente marcada pela introdução da informática, assim, as novas tecnologias informacionais vêm transformando a vida de todas as gerações.

Com as plataformas digitais e aulas online, adveio uma ruptura no sistema educacional do modelo tradicional, para entrar em cena o novo modelo, do “ensino remoto emergencial”.

Mediante este cenário a pandemia posicionou os alunos que não tiveram acesso à tecnologia fora da escola como excluídos digitais, e parte desses, conseqüentemente, rompeu com a escola, ficando a mercê da desigualdade social, por falta de recursos necessários, estabelecendo um ciclo vicioso de reprodução da pobreza.

Apesar da evolução tecnológica, ainda existem muitas crianças que não tiveram o contato com algum aparelho de celular e ou computador, e a exclusão digital impõe grandes desafios a educação escolar, que acontece de várias formas. Resulta da desigualdade social que é visível, pois nem todos possuem estrutura necessária para adentrar no espaço virtual, por falta de equipamentos necessários para acompanhar as aulas ou por não terem aparelhos próprios para cumprir as tarefas escolares.

O problema da exclusão digital se apresenta como um dos maiores desafios deste início de século e, se tornou ainda mais cruel em 2020 negando o acesso de milhares de crianças e adolescentes a escola. Logo, as perdas de aprendizagem podem ser altíssimas e comprometer toda uma geração de estudantes de baixa condição socioeconômica.

Em consequência disso, é possível notar, as dificuldades de acesso a tecnologias necessárias para realização de atividades educacionais ficaram evidentes no Brasil durante o período atípico pandêmico, e não houve esforço do governo em garantir políticas públicas para os estudantes de baixa renda, e assim, ofertar um ensino de qualidade a distância, a fim de mitigar as desigualdades estruturais e sociais, de região e classe.

Outro fator inerente, podemos citar, é a falta de habilidades digitais e conhecimentos tecnológicos, que vem a adensar ainda mais a exclusão, o que, com efeito, pode trazer consequências significativas. Além disso, pessoas excluídas digitalmente podem enfrentar dificuldades no acesso aos serviços governamentais, oportunidades de emprego, educação online, informações de saúde e conexões sociais. Isso pode levar as desigualdades sociais e econômicas mais amplas.

Leal (2020) diz que, diante da nova realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem tornaram-se mais evidentes, isso porque o momento destacou ainda mais como a desigualdade social tem implicações negativas na aprendizagem de alunos em situação de vulnerabilidade econômica. O discurso da educação à distância traz à tona a dificuldade de alunos de classes sociais menos favorecidas em dar continuidade ao ano letivo nesse contexto de isolamento social, já que faltam computadores, smartphones, tablets e acesso à internet em suas residências (LEAL, 2020).

No Brasil, a exclusão digital está associada principalmente às desigualdades socioeconômicas e culturais, não é possível fazer uma abordagem adequada desta questão sem correlacioná-la a outros problemas enfrentados pela sociedade brasileira, como o analfabetismo, desemprego e pobreza. Num país marcado pela exclusão de vastos segmentos populacionais, onde ações voltadas ao combate à fome e a miséria assumem importância relevante nas políticas públicas, a exclusão digital configura-se como um elemento polarizador das manifestações do quadro de exclusão social (ALMEIDA; DE PAULA, 2005).

Em meio às desigualdades sociais do Brasil, distintas realidades podem ser observadas a partir do que as escolas vêm realizando nesse tempo, há escolas privadas que seguem, virtualmente, com aulas online na mesma grade de horários, ou seja, mudou para o digital o que já ocorria no presencial, mas, também, há escolas públicas que não possuíam estrutura para se organizarem com a velocidade que foi exigida, cujos estudantes seguem com dificuldade ao acesso ou, até mesmo, sem nenhum acesso educacional.

A Constituição Federal de 1988 (CF-88) não só garante a educação com um dos direitos sociais da população, como responsabiliza o Estado em proporcionar os meios de acesso à educação, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Ademais, o direito à educação e à permanência escolar também tem sido garantido, no âmbito legal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Os problemas educacionais no Brasil têm fundo institucional. Como exemplo, temos a questão do direito à educação pública, laica e gratuita.

Ele surgiu com a primeira Constituição Republicana de 1891, mas foi somente com a Constituição de 1988 que foi amplamente garantido a todos o direito a educação gratuita e financiada pelo Estado. A partir desta Carta Magna, outras leis foram incorporadas ratificando o direito à educação. Destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e, mais recentemente, o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O fato de a democracia e a garantia legal dos direitos do cidadão no Brasil serem tão recentes faz com que o país ainda seja imaturo no trato com os mesmos direitos. Problemas políticos à parte, para que a garantia legal de um direito se concretize, é necessário que o país amadureça seu projeto de nação.

É necessário que a inclusão digital e social seja pensada como política pública, estando voltada para qualificação das comunidades, promovendo e estimulando o acesso gratuito às tecnologias de informação e de comunicação, ao conhecimento, à qualificação profissional e educacional.

## **CAPÍTULO 1 - IMPACTOS DO CAPITALISMO ATUAL NA QUESTÃO SOCIAL**

O contexto histórico do capitalismo surgiu no século XV, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a partir da decadência do sistema feudal e do nascimento de uma nova classe social, a burguesia. E esse sistema se consolidou a partir das revoluções burguesas, ocorridas nos séculos XVII e XVIII, e da Revolução Industrial, que instituíram definitivamente este novo modo de produção.

O capitalismo nasce da crise do sistema feudal e cresce com o desenvolvimento comercial, depois das Primeiras Cruzadas. Foi consolidando-se aos poucos durante o período final da Idade Média, para finalmente dominar toda a Europa ocidental a partir do séc. XVI, mas foi somente após a Revolução Industrial, iniciada no séc. XVIII na Inglaterra que se estabeleceu o verdadeiro capitalismo.

Segundo Coggiola, o capitalismo nasceu da apropriação da esfera da produção pelo capital, substituindo os modos de produção feudais. “A subordinação da produção ao capital e o aparecimento da relação de classe entre os capitalistas e os produtores devem ser considerados o divisor de águas entre o velho e o novo modo de produção” (COGGIOLA, 2014, p. 05).

Este cenário histórico é, de modo geral, assentado em um conjunto de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais sucedidas a partir de um nível de desenvolvimento das forças produtivas. Toda sociedade precisa produzir os bens necessários à sua existência. Como “uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir” (MARX, 2015, p. 153), no entanto, como a contínua produção implica numa necessária reprodução, “se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução” (MARX, 2015, p. 153)

Nesse sentido, a expansão do capitalismo pressupõe constantes alterações nos meios de produção e nas relações sociais, e ainda, as forças produtivas recriam as formas de opressão e exploração, ademais, como todas as sociedades, este modelo de sistema consegue empregar o seu trabalho e distribuir o seu produto mais ou menos sistematicamente.

O modelo econômico do capitalismo é inegavelmente um dos sistemas mais influentes da história, que se estende para além da esfera econômica e alcança diversos aspectos da sociedade. Mesmo sob a defesa apaixonada de suas supostas virtudes, como a liberdade econômica e a inovação tecnológica, surgem interrogações cruciais sobre para quem exatamente esses benefícios são destinados.

A realidade do capitalismo é que, por trás da retórica de livre concorrência e oportunidades iguais, uma extensa desigualdade social persiste, lançando uma sombra sobre suas promessas.

A desigualdade, sem dúvida, permanece como um dos temas mais prementes na questão social contemporânea. O capitalismo contemporâneo, com sua ênfase na globalização econômica, na verdade, muitas vezes equivale à mundialização do capital. Embora o crescimento econômico tenha sido notável, uma porção substancial da população global continua marginalizada e privada de acesso a necessidades humanas básicas, como alimentação, moradia, cuidados de saúde e educação. Essa contradição profunda revela a falha do sistema em cumprir sua promessa de melhorar a vida de todos, evidenciando como a prosperidade está desigualmente distribuída.

Estamos diante de um contexto adverso, derivado desse modelo de sistema capitalista, que aumenta a concentração de riqueza nas mãos de poucos, agravando as desigualdades sociais e limitando o acesso a oportunidades e desenvolvimento para as camadas mais pobres da sociedade.

A busca incessante pelo crescimento econômico e lucro tem levado à exploração excessiva das populações mais vulneráveis. O que não é novidade, dado que tal sistema econômico, desde seu surgimento, reforça as desigualdades socioeconômicas, expressas principalmente na concentração da propriedade e da riqueza.

Nessa busca incessante para a transformação na sociedade do capital, o modelo capitalista ascendeu de forma predominante em todo o mundo, por meio de grandes fases, a saber, capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro. Hoje debate-se se estaríamos em um “capitalismo informacional”.

Abordaremos, deste ponto em diante, o chamado capitalismo informacional ou revolução informática e tecnológica e as conseqüentes transformações na sociedade contemporânea. O capitalismo informacional corresponde ao período econômico e social em que estamos vivendo. É marcado pelo avanço da chamada globalização, dos computadores, como também, pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, na aceleração e crescimento dos fluxos de informações.

Essa fase de grandes avanços tecnológicos nas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) caracterizaria a Terceira Revolução Industrial ou revolução informática e tecnológica, constituindo um novo paradigma na sociedade contemporânea.

O paradigma tecnológico da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. [...] “na década de 1970, um novo paradigma tecnológico, organizado com base na tecnologia de informação veio ser constituído” (CASTELLS, 2005, p. 34).

E, ainda segundo Castells, “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980” (CASTELLS, 2005, p. 39).

Silveira (2001) concorda com Castells e Lévy quando afirma que essa revolução tecnológica, definida por ele como revolução da informação, teve sua gênese a partir dos anos 1970, com a difusão das TICs e o aperfeiçoamento da Internet. A percepção sobre a importância das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para o capitalismo contemporâneo vem sendo destacada há tempos e, cada vez mais percebe-se que seu fortalecimento se coaduna com o mesmo propósito:

Revoluções tecnológicas configuram o sistema capitalista. Mas as próprias revoluções tecnológicas têm uma dinâmica própria, que altera a sua velocidade, extensão e impactos. No sistema capitalista, a busca do lucro está diretamente associada à busca por inovações (SCHUMPETERS, 1985, p. 148, 149).

Em consequência disto, é possível notar que o capitalismo informacional promoveu maiores inovações tecnológicas nos meios de produção, tornando muito menor a demanda por força de trabalho, realidade que foi agravada em relação àquela da iniciação do capitalismo.

Decerto que com esse avanço tecnológico e inovações, uma maior parcela da população ficou fora dos meios de produção, processo típico do sistema capitalista gerador de desigualdade e desemprego, visto que na grande maioria dos locais de trabalho os sistemas informatizados estão presentes.

Por consequência, aumentam os sobrantes, do chamado “exército industrial de reserva”, (MARX, 2015, p. 198). A tecnologia, ao invés de contribuir para a redução do tempo de trabalho, intensifica a formação de grandes contingentes de pessoas desempregadas e a reprodução das velhas mazelas sociais. À medida que o capitalismo se reestrutura, expande-se o exército industrial de reserva, efetivando a finalidade do sistema.

O mundo contemporâneo está repleto de inúmeras transformações, de toda ordem, que alcançam muitas esferas da vida social, do ponto de vista político, econômico e cultural.

É inegável que, a vida cotidiana no início do século XXI é nitidamente marcada pela introdução da informática, assim, as novas tecnologias informacionais vêm transformando a vida de todas as gerações.

Decerto, muito embora o debate ilumine o problema, pode-se afirmar que a internet, enquanto peça indispensável à lógica capitalista globalizada, funciona segundo os termos da dialética de inclusão e exclusão intrínseca ao Capital – na medida em que formalmente deveria existir para todos enquanto um direito e, na realidade, encontra-se concentrada onde é interessante para o mercado global.

A expansão dos meios de comunicação de massas e o avanço das novas tecnologias apontam para essa sociedade que precisa não só de novos modelos para o mundo do trabalho, mas novas estratégias políticas que, articuladas aos mecanismos contemporâneos de comunicação de massa, possam rediscutir a cidadania e a democracia em escala mundial.

Entretanto, o avanço das tecnologias talvez seja uma das mudanças que explicitam a rapidez com que o sistema sócio metabólico, que é o capital, consegue promover na esfera da produção e reprodução social. Nesse cenário de reestruturação capitalista, a produção tecnológica pode ser entendida como instrumento das relações de hegemonia burguesa, assumindo funcionalidade na unidade entre produção e reprodução social.

Do ponto de vista do processo produtivo e reprodutivo, o capital redesenhou e aperfeiçoou estratégias de controle da força de trabalho, “o processo histórico em que esse desenvolvimento de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais.” (CASTELLS, 2005, p. 50).

Nesse sentido, para que o indivíduo e sua comunidade façam uso e possam se apropriar das tecnologias é necessário garantir o acesso à informação, que deve ser vista como um bem social, direito de todos. Para tanto, as tecnologias de comunicação e informação devem estar ligadas à qualificação de indivíduos de comunidades como um método educativo, cultural e que não seja somente para o ingresso no mercado de trabalho e para a acumulação de capital/lucro. “[...] o provimento eletrônico de informações é um vetor privilegiado para promoção de mecanismos de governança, possibilitando, assim, tanto incrementos na capacidade cívica e de capital social quanto dinamizando o desenvolvimento econômico.” (RUEDIGER, 2003).

Essa característica desigual e altamente excludente do sistema de produção capitalista manifesta-se, inclusive, também no que se refere ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), onde tem sido negado, em pleno século XXI, à grande parte da sociedade, o acesso a essas inovações tecnológicas e seus benefícios, semelhantemente às práticas neoliberais que fortalecem e sustentam os valores cultuados pelo capitalismo.

A negação do acesso não se dá pela existência de impedimentos legais na aquisição e uso, mas sim pela inexistência de condições financeiras favoráveis, falta de capacitação para uso e ausência da infraestrutura técnica necessária. Segundo Castells, [...] no processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem as expressões desses interesses (CASTELLS, 2005, p. 58).

Observa-se que conforme Castells, em suas pesquisas e estudos, as tecnologias informacionais podem ser consideradas um novo divisor de águas entre velhas e novas formas de desigualdade no interior deste modo de produção, pois na sociedade capitalista contemporânea passaram a existir os incluídos e excluídos digitalmente. Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital, fator determinante para a desigualdade social, atrelada às expressões da questão social.

“A perspectiva teórica que fundamenta essa abordagem postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder” (CASTELLS, 2005, p. 60).

Seguindo a linha de interpretação até aqui construída, entende-se a exclusão digital como um processo engendrado pelo capital que priva alguns membros da sociedade do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), da sua posse ou do conhecimento necessário para operá-las em proveito próprio, através da aplicação nas atividades pessoais e profissionais. Manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo, de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TICs.

Partindo dessa observação, são inegáveis os avanços tecnológicos e suas incorporações no sistema capitalista atual e, essa recapitalização pode explicar até certo ponto o fortalecimento das TICs na produção e reprodução da vida social, os efeitos e as implicações da transformação tecnológica no mundo contemporâneo. O obstáculo ao acesso às TICs traz grandes efeitos para a sociedade, criando uma lacuna digital, fator negativo que amplia a desigualdade social.

A questão social, engendrada na terceira década do século XIX, quando a base urbano-industrial começa a se firmar, emerge da lei geral da acumulação, é determinada por essa lei, ganhando novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças.

Diante do exposto, nota-se que no âmbito das grandes transformações econômicas, sociais e no mundo do trabalho em decorrência da Revolução Tecnológica da Era da Informação, não se operou o enfrentamento da questão social. Pelo contrário, contribuiu-se para seu agravamento, demonstrado, sobretudo, pelo desemprego e empobrecimento crescente das populações.

## 1.1 QUESTÃO SOCIAL

Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, discriminações de raça e etnia, desemprego, violência, discriminação de gênero, dentre outras. A questão social surgiu no século XIX com o intuito de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estava em pobreza crescente.

O conceito de questão social está ligado a forma como a riqueza em sociedade é produzida e repartida. Segundo Neto, a questão social “tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 159). São a consolidação do capitalismo e a lei geral da acumulação do capital que põem sócio historicamente as condições para a emergência e o desenvolvimento da questão social; é na reprodução do capital que se encontra a raiz da questão social, sendo esta insuperável sem a superação daquela. Não por acaso,

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’ esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157).

Vale ressaltar que pensar a questão social como tendo sua estrutura e dinâmica constituída a partir da exploração do trabalho, da reprodução ampliada do capital e da lei geral de sua acumulação, não implica desconsiderar seu caráter histórico dentro dos marcos da sociedade capitalista: se a questão social tem – e terá enquanto o capitalismo existir – seus fundamentos e determinações essenciais na acumulação do capital, as novas configurações que a acumulação do capital assume em seu desenvolvimento histórico, proporcionam tanto novas configurações para as suas tradicionais formas de manifestação quanto inéditas formas de manifestação.

Como bem defende Iamamoto (2001), a questão social está intimamente articulada às formas de produção e reprodução da vida material e espiritual dos homens, expressando as “[...]desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. (IAMAMOTO, 2001, p. 17). Em suas palavras, a questão social diz respeito.

[...] ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos

[...] na lei da acumulação do capitalismo encontra-se a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista, manifesta sobretudo quando o crescimento da população trabalhadora é maior do que a necessidade de seu emprego, com objetivo de valorização do capital (IAMAMOTO, 2001, p.15,16).

Contextualizando, com base nas formulações apresentadas, é possível concluir que a questão social é um conceito importante para nortear a análise da realidade social contemporânea:

a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a gênese das expressões inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas manifestações e expressões concretas na realidade social; as estratégias de seu enfrentamento articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado nesse processo, em que se destaca a política social e os direitos sociais; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao Serviço Social para seu desvelamento e inserção em processos de trabalho coletivos (BEHRING; SILVA; 2006, p. 10).

Segundo Pastorini (2010), as principais expressões da questão social, a “pauperização, a exclusão e as desigualdades sociais são resultantes do sistema capitalista e característico deste”, que a compreende como “uma questão política, econômica, social e ideológica e revela as desigualdades existentes nesses âmbitos”, estando diretamente relacionada com a divisão de classes e com a apropriação de riqueza socialmente produzida.

Na contemporaneidade, suas expressões se manifestam de novas formas, mas permanece a mesma gênese e os traços essenciais de sua origem, tensionando o papel do Estado:

As manifestações da questão social, em cada momento histórico, assumem determinados contornos, mas se renovam, ampliam e se tornam mais e mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho. As desigualdades sociais, econômicas, culturais, morais e simbólicas contemporâneas requerem que o Estado assuma sua função social e o desafio de superar as estratégias encaminhadas pelo capital para processar a acumulação (ARCOVERDE, 2006, p. 37).

Logo, é relevante delimitar com Iamamoto que esse processo envolve sempre as relações entre Estado e sociedade civil e que é impensável sem a mediação do Estado: “[...] esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Visto que a desigualdade social está atrelada à questão social, apesar do crescimento econômico com esse modelo de sistema capitalista, uma parcela significativa da população mundial permanece marginalizada e sem acesso adequado a recursos básicos, como alimentação, moradia, saúde e educação. Nesta perspectiva, a partir de novos paradigmas do sistema capitalista, as expressões da questão social expõem ainda mais a contradição do modelo do sistema capitalismo contemporâneo.

Diante disto, com base nas formulações apresentadas, é possível concluir que a questão social é um conceito importante para nortear a análise da realidade social contemporânea, e, demanda uma reflexão crítica sobre o sistema econômico e a busca por alternativas que promovam a justiça social, o equilíbrio ambiental e a inclusão de todos os indivíduos na busca por um desenvolvimento mais sustentável e humano, o que só será possível com a construção de uma sociedade que supere a ordem do capital.

## CAPÍTULO 2 - OS DESAFIOS DA EXCLUSÃO DIGITAL

Primeiramente, é relevante entender o termo referido a palavra “exclusão”, com base a leituras referidas de alguns autores que estudaram e pesquisaram sobre esse termo, e estes serão citados aqui, a fim de obter entendimento do conceito de exclusão digital, tema que será abordado nestas próximas páginas. O conceito da palavra exclusão engloba um processo decorrente do desemprego, da pobreza, da estigmatização social, do isolamento, da ruptura, da ausência de redes de suporte etc., que atingiriam todos os indivíduos da sociedade, não somente as classes desfavorecidas.

Segundo Ferraro (1999, p. 23) o problema da criação do termo e mesmo do conceito de “exclusão” para afirmar que fatos realmente novos são a frequência de seu uso, sua centralidade nas análises e a “ambiguidade do seu conteúdo”. Ao retornar aos textos em busca do significado da exclusão nas áreas do trabalho e poder, sua perspectiva é uma só: “... o resgate do uso do termo na obra de Marx (2015, p. 30) talvez possa iluminar o debate atual sobre o significado e o alcance teórico e político do conceito de exclusão.”

Para o autor Luciano de Oliveira (1997 p. 52), o conceito “exclusão” distingue dois traços característicos: o primeiro se relaciona com o chamado desemprego estrutural e reporta-nos aos “excluídos” que se tornaram “desnecessários” economicamente; o segundo traço diz respeito aos “excluídos” desnecessários não apenas econômica, mas, sobretudo, socialmente: mais do que isso, tornaram-se “socialmente ameaçantes e, por isso, passíveis de serem eliminados”.

De acordo com Robert Castel (1997, pp. 32-33), no que concerne ao primeiro traço, o autor considera que o uso impreciso do conceito exclusão oculta e, ao mesmo tempo, traduz o estado atual da questão social, pois se detém nos efeitos mais visíveis e imediatos da crise, reduzindo-a erroneamente a aspectos pontuais e não a “um processo geral de desestabilização da condição salarial”.

O sociólogo José de Souza Martins (1997, p. 14-16), considera que o conceito exclusão (inconcebível, impróprio, vago e indefinido) veio substituir a ideia sociológica de “processo de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que pretende explicar. Assim, talvez pudéssemos negar a existência da exclusão: o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.

Quando concebida como um estado fixo fatal e incorrigível e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável.

Segundo Martins, essa mesma exclusão fala de “situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial” (MARTINS, 2002, p. 43); a partir dela não se luta por transformações sociais, mas sim “em favor de relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade” (2002, p. 47). E, mais do que isso, discutindo a exclusão “deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão”.

Para o autor referenciado, a sociedade capitalista “tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado”. Ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997, p. 30-32).

O período de passagem do momento da “exclusão” para o momento da “inclusão” implica certa degradação e, segundo Martins, a sociedade moderna vem criando uma grande massa de população sobrando que tem poucas chances de ser novamente incluída nos padrões atuais de desenvolvimento, ou seja, o período de passagem entre “exclusão” e “inclusão”, que deveria ser transitório, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político (1997, p. 33 e 34).

Dando continuidade às reflexões, segundo o autor, desse modo, as estratégias utilizadas para tratar da “exclusão” desenvolvem “técnicas sociais de ocultamento das marcas sociais de sua degradação”, escondendo a verdadeira condição social e as contradições do sistema capitalista. São orientações aparentemente generosas que mascaram a face autoritária e intolerante da preocupação com a exclusão social, que sempre sugere que “os próprios “excluídos” não sabem o que fazer consigo mesmos” (MARTINS, 2002, p. 39 e 40).

Encerrando as reflexões dos autores mencionados, término aqui com Luciano de Oliveira (1997, p. 60), que questiona sobre o verdadeiro sentido do conceito de exclusão: em relação às causas do fenômeno, “o ponto de vista antidualista é o mais apropriado, sob pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável (...) de acharmos que os miseráveis são os responsáveis pela própria miséria”. Por outro lado, “ocorre que analisar o problema dos excluídos sob o viés econômico nada nos diz sobre a necessidade – que não é econômica, mas ética e política – de sua inclusão”.

Com base nas reflexões dos autores sobre o conceito de “exclusão”, aqueles excluídos de todos os direitos, excedentes do sistema capitalista, estão invisíveis dentro da sociedade, por falta de políticas públicas que venham garantir direitos adquiridos. Usaremos as expressões exclusão/excluídos ressaltando que a compreensão abordada pelos autores anteriormente elencados não pode obscurecer que tal fenômeno compreende a formação de “exércitos de reserva” típicos do modo de produção do capital, que se atualiza e reinventa (MARX, 2015, p. 875).

O período atípico da pandemia de Covid-19, evidenciou escancaradamente os que estão e os que irão ficar excluídos nos próximos anos, por falta de emprego, oportunidades, e por uma educação precária: são os excluídos digitalmente, que sentirão as consequências do mundo digital no contexto atual do capitalismo informacional, um novo paradigma na sociedade contemporânea.

A partir do abordado anteriormente, e ao analisar o referido termo da palavra acima intitulada “exclusão digital” percebe-se o surgimento de um novo momento histórico, que influencia diretamente no desenvolvimento da sociedade e, com efeito, observa-se o surgimento de mais uma dimensão de separação entre pessoas e grupos, que serão os excluídos e os incluídos. E estes, os “excluídos”, serão privados de interagirem com as informações tecnológicas (SILVA; SILVA, 2021).

Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital. A sociedade vem sofrendo imensas mudanças, no decorrer destas últimas décadas provocadas, principalmente, pela revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), onde presencia-se transformações econômicas, políticas e culturais, bastante profundas que, impulsionadas pelo desenvolvimento de sistemas de comunicação e pelo surgimento da sociedade em rede, fazem a informação acontecer de forma rápida e com alcance muito abrangente.

O espaço e tempo estão sofrendo transformações tanto pelo paradigma da tecnologia da informação quanto pelas formas de processos sociais resultantes da atual transformação histórica. A perspectiva teórica que fundamenta essa abordagem postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder (CASTELLS, 2005).

Existem várias causas para a exclusão digital, como a falta de acesso físico às tecnologias e a falta de infraestrutura de internet em áreas rurais ou de baixo poder aquisitivo. Além disso, a falta de habilidades digitais e conhecimentos tecnológicos vem a adensar ainda mais a exclusão, o que, com efeito, pode causar consequências significativas, como dificuldades no acesso a serviços governamentais, oportunidades de emprego, educação online, informações de saúde e conexões sociais. Isso pode levar a desigualdades sociais e econômicas mais amplas.

Em análise do problema, percebe-se assim que a exclusão digital está relacionada às tecnologias e aos dispositivos que uma parcela da sociedade terá acesso restrito, e nesse contexto, será conceituada como um estado no qual um indivíduo é privado da utilização das tecnologias de informação, seja pela insuficiência de meios de acesso ou pela carência de conhecimento.

A problemática da exclusão digital apresenta-se como um dos grandes desafios com importantes consequências nos diversos aspectos da vida humana na contemporaneidade e, as atenções começam a se voltar para este assunto, que já é visto como causa e consequência da exclusão em nossa sociedade.

Aqueles que já possuem computador, enfrentam outras dificuldades para acessar a Internet, como: a falta de infraestrutura em telecomunicações, o custo de acesso e o idioma (pois o inglês é a língua de 80% dos *websites*). Outros cidadãos que vivem às margens da sociedade sendo privados das tecnologias são os analfabetos, que por não saberem ler e escrever, ou algumas vezes o fazerem com muita dificuldade, tornam-se integrantes do duplo analfabetismo: o funcional e o digital (GALVÃO, 2003, p. 33).

Neste contexto, enfatiza-se que a exclusão digital influencia diretamente no desenvolvimento da sociedade da informação no Brasil, visto que priva os excluídos digitalmente de interagirem com as informações. Logo, observa-se o surgimento de mais uma dimensão de segregação e separação entre pessoas e grupos, representada pelo nível de acesso, uso e domínio das ferramentas de informática ou não. Esse fenômeno tem sido conceituado por muitos autores como exclusão digital que, de acordo com TAKAHASHI (2005, pp.56-59), é nova na forma, mas, muito antiga na causa.

Ou seja, a exclusão digital é a diferença entre aqueles que estão colhendo os benefícios do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e aqueles que não (NTIA, 2004). Alargando as lacunas entre ricos e pobres, dentro e entre países, mais especificamente entre jovens.

Continuando sua linha de pensamento, "jovens que usam a internet com mais frequência, tem mais oportunidades online"; e, inversamente, os que passaram a ter acesso mais recentemente, e que não têm confiança nas suas habilidades, usam a internet de forma mais conservadora, ocupando menos oportunidades (LIVINGSTONE; HELSPER, (2007, p. 685).

Reforçado pela expansão dos meios de comunicação, as sociedades estão caminhando para um novo estágio que se constitui em um marco histórico, a Sociedade da Informação, no qual a tecnologia e a informação passam a ser seu paradigma. O advento da Era do Conhecimento, ou Era da Informação, criou uma realidade complexa, uma vez que a modernização provocou assimetrias no mercado de trabalho e na vida cotidiana das pessoas, decorrentes de uma maior seletividade, acarretando, inclusive, formas de segregações. A perspectiva teórica que fundamenta essa abordagem postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder (CASTELLS, 2005).

No que tange a abordagem desta temática, percebe-se que o estudo da exclusão digital é, muitas vezes, restrito quase exclusivamente ao acesso ou o não acesso à internet. Mas, como pode-se observar nas leituras acima, a totalidade dos estudos apontam para as diferenças de acesso às tecnologias de informação, a partir de variáveis econômicas e culturais. Fator determinante que não deve se orientar por uma perspectiva neoliberal/conservadora de focalização cujo objetivo é tão somente atenuar a pobreza.

Tendo em vista, que a exclusão digital está associada principalmente às desigualdades socioeconômicas e culturais, não é possível fazer uma abordagem adequada desta questão sem correlacioná-la a outros problemas enfrentados pela sociedade brasileira, como o analfabetismo, desemprego, concentração de renda e precariedade da educação pública. Num país marcado pela exclusão de vastos segmentos populacionais, onde ações voltadas ao combate à fome e a miséria assumem importância relevante nas políticas públicas, a exclusão digital configura-se como um elemento polarizador das manifestações do quadro de exclusão social (ALMEIDA; DE PAULA, 2005, p. 57).

É de salientar-se, portanto, assegurar o acesso às TICs para as camadas excluídas como estratégia fundamental de inclusão social, devendo-se caminhar no sentido da formulação de políticas públicas orientadas para a educação formal e não-formal, para a proficiência tecnológica de todas as pessoas, para o uso das novas tecnologias da informação pelos diversos segmentos populacionais, visando promover mudanças construtivas nas vidas de todos os cidadãos.

Os indivíduos pobres precisam se apropriar das tecnologias, em vez de serem apropriados por elas, devendo utilizá-las como a melhor ferramenta de que já dispuseram, para se apropriarem, também, de sua própria cidadania. (DIAS, 2003, p. 169).

Nesse contexto, torna-se possível perceber como questões já problemáticas e inerentes ao uso da rede – para qualquer usuário – se tornam maiores quando existem dificuldades básicas de acesso e apropriação tecnológica.

Esse debate assume mais visibilidade a partir do período atípico e pandêmico de Covid-19, que ao adensar ainda mais as desigualdades engendradas no sistema capitalista, suscitou consequências em diversas esferas da sociedade em diferentes partes do mundo, para além dos aspectos sanitários, repercutindo na vida cotidiana, na economia e na política, por consequência, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e tornando a parcela mais pobre da população ainda mais vulnerável.

No segundo capítulo abordarei as consequências e transformações que o período da pandemia de Covid-19 causou na vida social dos brasileiros, no sistema educacional, e no agravamento da desigualdade social, mediante a exclusão digital.

## 2.1 DESAFIOS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA: A EXCLUSÃO DIGITAL ACENTUADA PELA COVID-19 NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo indica que a enfermidade se espalhou por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa, com mais de 100 mil casos registrados ao redor do mundo, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a covid-19 como uma pandemia em 11 de março de 2020. Entretanto, o primeiro caso de covid-19 foi registrado no mês de dezembro de 2019, embora haja relatos de que o vírus se disseminou a partir de um país oriental (China).

Acrescentaremos a esta temática sobre o contexto atípico pandêmico, as consequências deste vírus no Brasil, e os desafios para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem no ensino Fundamental e Médio, em especial na rede pública (LEAL, 2020).

O primeiro caso de covid-19 no Brasil foi anunciado no dia 26 de fevereiro de 2020, tendo a doença se espalhado rapidamente pelo país já no mês de abril de 2020, registrava-se 50 mil casos da doença e cerca de 3 mil mortes. No mês seguinte, os registros de mortes pelo novo coronavírus superavam 700 por dia, chegando ao patamar de 1000 óbitos diários a partir da segunda quinzena de maio. Desde então, o país enfrentou três ondas da doença, com indícios de uma quarta onda se iniciando, a partir da segunda metade de 2022, devido ao aumento expressivo no número de pessoas infectadas (JUSTINO; COELHO; SANTOS, 2020).

O avanço do vírus pelo território nacional levou à superlotação de hospitais e ao colapso do sistema de saúde em muitas regiões do país, mas a pandemia de covid-19 suscitou consequências em diversas esferas da sociedade, para além dos aspectos sanitários, repercutindo na vida cotidiana, na economia e na política.

A pandemia de covid 19 teve consequência devastadora na vida cotidiana das pessoas em todo mundo, milhões foram infectadas e perderam suas vidas devido a complicações causadas pelo vírus. Essas mudanças tiveram um impacto emocional e psicológico na população intensificando a solidão e o isolamento social, ademais, o distanciamento social e as restrições impostas para conter a propagação do vírus alteraram a forma como interagimos e nos relacionamos uns com os outros (LEAL, 2020).

Os primeiros efeitos produzidos foram aqueles de ordem comportamental, tendo em vista as medidas protocolares da OMS para a redução da circulação do vírus, como o *lockdown* e o distanciamento social, incorporando novos hábitos no cotidiano, a ampliação do *on-line* no trabalho, nos estudos, nas relações e no consumo, e determinando o uso de equipamentos de segurança, como as máscaras, que auxiliaram não somente na prevenção da covid-19 como também de outras doenças respiratórias. Além disso, outras recomendações sanitárias importantes foram feitas, como, a higienização das mãos, incluindo o uso de álcool em gel, e o distanciamento social.

Esses protocolos foram importantes para a prevenção e para redução da circulação do vírus, o que retardou o aparecimento de novas variantes (JARDILINO et al. 2022).

A complexidade desta problemática que envolve saúde pública, vulnerabilidade social e educação, também teve como contrapartida o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais e de negócios, o que resultou no impacto de uma massa de desempregados, fator determinante para ampliar a desigualdade socioeconômica, manifestada no agravamento das expressões da questão social. É a reestruturação do capitalismo, advento da sociedade contemporânea (MOREIRA, 2023).

Em face do cenário atual, com a eclosão da pandemia da covid-19, a partir do início de 2020, esse panorama de desigualdade se agravou dramaticamente em todo o mundo, com as medidas de isolamento social e a estagnação das atividades econômicas, provocando demissões em massa, cortes nos salários, deterioração das condições de vida e inseguranças quanto ao presente e ao futuro. Contudo, os acontecimentos atuais, que envolvem a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, só ganham inteligibilidade se forem conectados ao panorama mais amplo da crise estrutural do capitalismo, que se vê confrontado com suas próprias contradições (NEVES; MACHADO, 2021).

Observa-se que tal cenário maléfico (pandêmico), aprofundou as desigualdades socioeconômicas, tornando a parcela mais pobre da população ainda mais vulnerável. Por consequência, isso se deve a vários fatores, como a falta de acesso às redes de saneamento básico; a falta de acesso também à tecnologia e/ou à internet de qualidade, o que dificultou a continuidade dos estudos de muitas crianças e adolescentes.

Nos momentos de maior gravidade da pandemia, as aulas passaram a ser ministradas remotamente; e com a diminuição da renda familiar, agravando o quadro de pobreza. “É inegável que, com o agravamento da pandemia no Brasil, a desigualdade social e de vários outros âmbitos aumentou ainda mais” (MEDEIROS et al. 2020).

Entre os efeitos da pandemia, pode-se destacar também o aumento da desigualdade social e da digital. Neste período, as aulas, trabalho, entretenimento, se deram de maneira remota, entretanto, nem todos possuíam a estrutura necessária para adentrar esse espaço virtual. Ademais, a crise causada pelo coronavírus trouxe à tona a falta de acesso à internet pela população mais pobre, e o fechamento das escolas, recomendado pelos especialistas da saúde, também adotou o ensino remoto para dar continuidade ao ano letivo (SABINO et al. 2023).

Neste cenário de graves incertezas, no que concerne a esta temática, a pandemia de Covid-19 representou grandes desafios para o sistema educacional básico, com o longo período de estudos domiciliares rompendo com a educação presencial, o que foi mais dramático para os estudantes mais pobres tendo em vista que uma grande parcela da população tem dificuldades de acesso às plataformas, por falta de recursos, como uma boa banda larga e aparelhos adequados para as aulas online (LEÃO et al. 2022).

A pandemia causou uma interrupção significativa em todas as formas de encontros físicos e perturbou a rotina global. No campo educacional, forçou uma transformação na abordagem tradicional, levando a um rápido desenvolvimento de metodologias e estratégias avançadas, especialmente o ensino remoto de emergência. Como resultado, alunos sem acesso à tecnologia foram marginalizados e tiveram que se afastar do ambiente escolar, tornando-se excluídos digitais. Além disso, empurrou muitas famílias para uma situação de extrema pobreza, o que exigiu políticas emergenciais de assistência.

Nesse contexto, o excesso de demandas do ensino remoto sobrevém não apenas com a integração às plataformas digitais, mas por conta da construção de atividades individualizadas, nas quais há a necessidade de antever as dificuldades dos alunos e as restrições do ambiente online (ROSA et al. 2021).

Conforme exposto anteriormente, no 1º capítulo, a exclusão digital é utilizada para definir a falta de acesso à tecnologia digital, que se caracteriza pelo acesso aos computadores e à internet, e pode ser vista por diferentes ângulos, ou seja, tanto pelo fato de não ter computador como pela falta de habilidades digitais, infraestrutura de internet nas áreas mais empobrecidas e a falta de conhecimentos tecnológicos. (PRIMO; BAITEL, 2022).

Antes de tudo, compreender o contexto econômico, social, político e cultural no qual se inserem crianças e adolescentes é fundamental para o debate acerca dos motivos. Ademais, embora a importância da educação e das oportunidades a ela associadas seja um tema frequentemente abordado nos estudos sobre crianças e adolescentes, observa-se uma grande lacuna no que se refere à análise acerca das condições de escolarização.

Com efeito, a pandemia escancarou acirradamente a brutal lacuna da desigualdade de oportunidades que sempre caracterizou o sistema educacional brasileiro (BUSSINGER; MENDONÇA, 2022).

O sistema educacional reproduz a desigualdade, que se apresenta de diferentes formas, através do acesso à internet, e, se amplia sob a era das TICs. A partir de 2006, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que está vinculado à Casa Civil, assumiu a responsabilidade pela promoção da inclusão digital, sob a administração do governo Lula. A última atualização do sistema relacionado a esse tema ocorreu em 31 de outubro de 2017.

Durante esse período, foram estabelecidos 4.400 telecentros com o apoio do Governo Federal, envolvendo um investimento total de R\$ 24,3 milhões. É evidente que houve esforços para tornar a inclusão digital uma realidade, no entanto, como mencionado anteriormente, o principal desafio não está na falta de recursos financeiros, mas sim na falta de vontade política e na necessidade de manter uma continuidade nos processos. Esses processos devem ser rigorosamente monitorados e ajustados ao longo do tempo para se adaptarem às mudanças sociais e às demandas reais das políticas públicas (PICAZIO; SANCHES, 2022).

Apesar da evolução tecnológica, ainda existem muitas crianças que não tiveram o contato com algum aparelho de telefone celular e/ou computador, a exclusão digital impõe grandes desafios a educação escolar, posto que a desigualdade social é visível, já que nem todos possuem estrutura necessária para adentrar no espaço virtual, por falta de equipamentos necessários para acompanhar as aulas ou por não terem aparelhos próprios para cumprir as tarefas escolares (MONTEIRO; MASCIA, 2021).

A exclusão digital se tornou ainda mais cruel no ano de 2020, negando o acesso de milhares de crianças e adolescentes à escola. A falta de acesso está diretamente relacionada com a situação de pobreza vivenciada por esses estudantes e suas famílias. Diante da nova realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem tornaram-se mais evidentes, isso porque o momento destacou ainda mais como a desigualdade social tem implicações negativas na aprendizagem de alunos em situação de vulnerabilidade econômica.

O discurso da educação à distância traz à tona a dificuldade de alunos de classes sociais menos favorecidas em dar continuidade ao ano letivo nesse contexto de isolamento social, já que faltam computadores, smartphones, tablets e acesso à internet em suas residências (BUSSINGER; MENDONÇA, 2022).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em 2021, e que abordou a questão do acesso à internet, posse de telefone móvel celular e acesso à televisão no Brasil, constatou-se que a internet estava presente em 82,7% dos lares do país. No entanto, essa pesquisa revelou lacunas significativas no acesso à internet, especialmente quando a conectividade se tornou crucial para atividades cotidianas, como trabalho e educação, devido às medidas de distanciamento social (ROSA et al. 2021).

Um dos aspectos mais alarmantes foi a desigualdade na distribuição desse acesso. Por exemplo, 44,4% da população em áreas rurais não tinha acesso à internet, em comparação com 86,7% da população urbana. Esses dados sugeriram que o ensino à distância agravaria as disparidades educacionais com base na situação domiciliar. Além disso, o acesso à internet era precário em mais da metade dos lares nas zonas rurais das regiões Norte (38,4%) e Nordeste (51,9%), o que poderia resultar em um aumento da pobreza nessas áreas, já que muitas pessoas não teriam a oportunidade de trabalhar em casa ou acessar oportunidades de negócios online. (SABINO et al. 2023).

Ocorre que no período da pandemia os estudantes crianças e adolescentes tinham muita dificuldade no acesso as plataformas, principalmente no ensino fundamental I e II, que é a base fundamental no aprendizado. Assim sendo, fica explícita a falta de prioridade em desenvolver políticas públicas para minimizar ao máximo o impacto que os estudantes enfrentaram.

No âmbito educacional, a exclusão digital emerge como uma questão crítica que incide diretamente sobre a capacidade dos estudantes de participarem plenamente da aprendizagem online. O acesso à internet é uma peça fundamental no cenário atual de educação, mas sua disponibilidade desigual representa um desafio significativo. Muitas famílias enfrentam barreiras econômicas ao acesso à internet, transformando um recurso considerado um direito essencial em um luxo inatingível para a maioria dos brasileiros (NEVES; MACHADO, 2021).

Nesse contexto, acentua-se a desigualdade na rede pública de ensino, uma vez que os estudantes mais vulneráveis economicamente são os mais afetados. As disparidades socioeconômicas se traduzem em limitações no acesso à tecnologia, colocando esses alunos em desvantagem na era da aprendizagem digital.

Isso gera um ciclo de desigualdade educacional, à medida que as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento se tornam cada vez mais dependentes da conectividade à internet. Como resultado, a exclusão digital não apenas prejudica o acesso à educação, mas também perpetua a divisão entre os que podem acessar recursos educacionais online e aqueles que não podem.

Portanto, é imperativo que políticas e iniciativas sejam implementadas para enfrentar esse desafio e garantir um acesso equitativo à educação no ambiente digital (JARDILINO et al. 2022).

De acordo com o estudo da Alliance for Affordable Internet (A4AI, 2020), estima-se que as pessoas mais pobres no Brasil precisam gastar cerca de 8% de sua renda mensal média para adquirir apenas 1 gigabyte (1GB) de dados móveis, o que equivale a aproximadamente R\$ 40 por mês. Esse valor está muito acima do limite estabelecido pela ONU, que sugere que essa quantidade de dados não deve custar mais do que 2% da renda média mensal de uma pessoa.

Além disso, outro estudo realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) em 2019 revelou que, apesar do aumento no uso da internet nos últimos anos, cerca de 47 milhões de brasileiros ainda estão desconectados. Entre aqueles que têm acesso à internet, muitos dos mais pobres e negros têm acesso apenas por meio de dispositivos móveis, o que cria uma situação de precariedade para realizar tarefas como trabalho remoto, ensino à distância e acesso a serviços essenciais, como o auxílio emergencial.

A exclusão digital se torna particularmente evidente nos domicílios das regiões mais vulneráveis do país. Por exemplo, 35% dos lares na região Nordeste não têm acesso à internet, e essa realidade também afeta 45% das famílias com renda de até um salário-mínimo. Isso implica que muitos estudantes dessas regiões e estratos sociais enfrentam enormes desafios para participar das atividades educacionais online, o que amplia ainda mais as desigualdades educacionais e econômicas (SILVA; SILVA, 2021).

No Brasil, a utilização dos artefatos tecnológicos na educação básica ganhou força com a pandemia de Covid-19, força essa que pode ter repercussões complexas para os múltiplos entrelaçamentos da educação brasileira. A primeira reflexão é sobre o próprio termo “isolamento social” mediado pelos usos das tecnologias digitais em rede.

Nesse contexto, com base a essa problemática abordada, é fundamental discutir acerca do paradoxo entre os direitos fundamentais da criança e do adolescente no Brasil, e o processo de exclusão vivenciado no contexto da pandemia.

Dessa forma, busca-se no primeiro momento contextualizar esses direitos, identificar estratégias de enfrentamento propostas e, posteriormente, descrever possíveis entraves quando a informação e o acesso aos recursos tecnológicos não estão presentes (LEAL, 2020).

A exclusão digital está associada principalmente às desigualdades socioeconômicas e culturais, não é possível fazer uma abordagem adequada desta questão sem correlacioná-la a outros problemas enfrentados pela sociedade brasileira, como analfabetismo, desemprego, pobreza e precariedade na educação. As escolas privadas tiveram mais facilidade em se adaptar às aulas online, uma vez que muitas já tinham recursos tecnológicos e infraestrutura adequada. Por outro lado, as escolas públicas, em sua maioria, não estavam preparadas para fazer a transição para o ensino remoto, o que deixou muitos estudantes sem acesso à educação (MOREIRA, 2023).

Esse contexto de desigualdade de acesso à educação pode ter graves consequências a longo prazo, afetando o desenvolvimento educacional e social de muitas crianças e adolescentes no Brasil. Além disso, a falta de acesso à educação durante a pandemia também pode contribuir para o aumento das taxas de evasão escolar e para a perpetuação das desigualdades sociais (MEDEIROS et al. 2020).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou recentemente os resultados de sua pesquisa intitulada "Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil". Essa pesquisa, conduzida entre fevereiro e maio de 2021, por meio de um questionário suplementar durante a segunda etapa do Censo Escolar 2020, conhecida como Situação do Aluno, é de extrema importância para compreender as implicações da pandemia no sistema educacional brasileiro (LEÃO et al. 2022).

A pesquisa em questão reuniu dados cruciais sobre os resultados e as respostas educacionais diante dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. O INEP desenvolveu um formulário específico para coletar informações detalhadas sobre como as escolas enfrentaram a tarefa de concluir o ano letivo de 2020 em meio à crise. Esses dados serão fundamentais para a elaboração de estratégias e políticas destinadas a mitigar os impactos dessa crise na educação e no processo de aprendizagem dos alunos (PRIMO; BAITEL, 2022).

Danilo Dupas, presidente do INEP, destacou que a pesquisa proporcionou informações inéditas sobre como as escolas e redes de ensino responderam aos desafios da pandemia durante o ano letivo de 2020.

Ele ressaltou que os resultados, abrangendo uma ampla amostra, podem orientar o Ministério da Educação (MEC) e as autoridades estaduais e municipais na tomada de decisões fundamentadas. O objetivo do INEP é fornecer informações cruciais para o planejamento de ações e políticas educacionais eficazes (PICAZIO; SANCHES, 2022).

Mauro Luiz Rabelo, secretário de Educação Básica do MEC, enfatizou a importância desses dados para o Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia e destacou o papel do MEC em apoiar os estados e municípios no enfrentamento dos desafios educacionais impostos pela COVID-19. Ele mencionou medidas como a elaboração de diretrizes e protocolos de biossegurança para o retorno às aulas presenciais e o financiamento de recursos para aquisição de insumos pelas escolas.

Outros aspectos abordados na pesquisa incluem o treinamento de professores para o ensino não presencial, a disponibilização de equipamentos e o acesso à internet para os alunos. A pesquisa também revelou como as escolas adotaram estratégias não presenciais de ensino e destacou a diferença no retorno das atividades presenciais entre escolas públicas e privadas.

A pesquisa do INEP também ofereceu um panorama internacional comparativo, mostrando que o Brasil teve um período significativo de suspensão das atividades presenciais em comparação com outros países. Isso incluiu a média de 279 dias de suspensão no Brasil, enquanto alguns países tiveram suspensões muito menores.

O Censo Escolar, coordenado pelo INEP, desempenha um papel fundamental na compreensão da situação educacional do país, pois fornece informações que embasam o financiamento e o planejamento educacional, bem como o monitoramento do desenvolvimento da educação brasileira por meio de diversos indicadores. Esses resultados revelam o efeito substancial da pandemia no sistema educacional brasileiro e a necessidade de adaptações e políticas educacionais eficazes para enfrentar os desafios contínuos impostos pela crise sanitária, levando em consideração que o direito a educação é garantia expressa no ordenamento jurídico, e deve ser colocado em prática.

Durante o período de pandemia, os estudantes enfrentaram desafios significativos que afetaram profundamente seu processo de aprendizagem. Questões emocionais e econômicas se combinaram para criar um ambiente educacional complexo, com um impacto particularmente severo sobre aqueles de menor poder aquisitivo. Diversos fatores destacam essa realidade. A falta de acesso a recursos tecnológicos e à internet de qualidade ampliou as disparidades educacionais.

Muitos estudantes simplesmente não tinham os meios para participar efetivamente das aulas online, resultando em um desinteresse natural, visto que o acesso à educação estava condicionado a uma infraestrutura que lhes era inacessível (SABINO et al. 2023).

A transição para o ensino remoto minou a motivação de muitos estudantes.

O distanciamento social, a ausência de interações diretas com professores e colegas, bem como a falta de estrutura, contribuíram para o desinteresse em participar das aulas e o baixo engajamento nas atividades online. Dúvidas frequentemente ficavam sem resposta, já que a falta de suporte presencial dificultava o esclarecimento de questões acadêmicas.

O impacto emocional também não pode ser subestimado, especialmente em crianças e adolescentes. O ambiente escolar oferece não apenas educação, mas também apoio emocional e social, algo que foi perdido quando as escolas fecharam. Muitos estudantes lutaram para manter a concentração e o interesse, sofrendo de um abalo emocional causado pela incerteza e pela solidão (LEAL, 2020).

A preocupação dos pais com a situação econômica e o medo do desemprego agravaram a carga sobre os alunos. O apoio familiar muitas vezes se tornou escasso devido a essas preocupações financeiras, criando um ambiente desafiador para o aprendizado. A pandemia trouxe à tona uma série de obstáculos que afetaram a educação dos estudantes, especialmente aqueles em vulnerabilidades.

A falta de acesso à tecnologia, a desconexão emocional, a falta de suporte e a preocupação econômica desempenharam papéis críticos na dificuldade dos alunos em se adaptarem a essa nova realidade educacional. Enfrentar essas questões tornou-se fundamental para garantir que todos os alunos tenham oportunidades igualitárias de aprendizado.

Dado esse complexo cenário, a escola tem um papel fundamental em identificar e corrigir as dificuldades dos alunos, mapeando-as de forma coletiva e individual e agindo a partir de cada cenário específico. Confira em seguida como realizar esse processo na prática. Para compreendermos a situação a respeito das tecnologias educacionais e a inserção dos recursos tecnológicos na educação, retomaremos a legislação educacional voltada ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação Básica (JUSTINO; COELHO; SANTOS, 2020).

Essa discussão consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prescreve no Inciso II, do Artigo 32, que, no Ensino Fundamental, deve-se possibilitar aos discentes a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade. Da mesma forma, a meta, proveniente do Plano Nacional de Educação, traz, em seu texto, a universalização do Ensino Fundamental. Para isso, apresenta, como uma de suas estratégias, desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário. (MONTEIRO; MASCIA, 2021).

O discurso em prol da utilização de tecnologia digital está fortemente presente na Base Nacional Comum Curricular. Ao publicar extratos desses documentos, a tecnologia esteve presente na codificação e elaboração de leis educacionais. Nesse contexto, as políticas públicas são importantes para o público, democratizando o acesso dos estudantes à tecnologia. Dado que, destacamos a necessidade do envolvimento do governo na inclusão digital nas instalações escolares. (PICAZIO; SANCHES, 2022).

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, marcou um avanço significativo no direito à educação no Brasil. Após 21 anos de ditadura civil-militar, a nova Constituição foi promulgada em 1988 como resultado das demandas da sociedade (VAINER, 2010). Ela enfatiza princípios democráticos e estabelece sanções contra violações de direitos.

A CF de 1988 reconhece homens e mulheres como iguais em direitos e obrigações e estabelece o voto secreto e direto para maiores de 18 anos, com exceções para analfabetos, maiores de 70 anos e maiores de 16 anos e menores de 18 anos (BRASIL, CF, 1988).

No âmbito educacional, a CF de 1988 representa um avanço ao qualificar a educação obrigatória como um direito público subjetivo, o que significa que qualquer pessoa que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória na idade apropriada tem o direito de exigir diretamente do Estado o cumprimento desse dever (CURY, 2000).

Isso é crucial para a cidadania e a personalidade do indivíduo. Antes da CF de 1988, as normas relativas aos direitos sociais, incluindo a educação, eram consideradas não autoaplicáveis. No entanto, após a redemocratização, os direitos sociais, como a educação, passaram a ser declarados como direitos fundamentais autoaplicáveis, que devem ser efetivados para todos (GEHLEN, 2015).

A educação tornou-se um instrumento jurídico de controle sobre o Estado, permitindo que os cidadãos exijam judicialmente o cumprimento desse direito (DUARTE, 2004). Além disso, a educação compulsória desempenha um papel importante na redução das desigualdades, garantindo que a educação não seja mais um privilégio de classes ou grupos sociais (PINTO; ALVES, 2010).

A Constituição de 1988 também orientou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece o direito à educação visando o desenvolvimento pleno, a cidadania e a qualificação para o trabalho. O ECA atribui aos pais a obrigação de matricular e acompanhar seus filhos na escola, e ao Ministério Público, a responsabilidade de garantir o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, ECA, 1990).

Em resumo, a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para o direito à educação no Brasil, reconhecendo-a como um direito público subjetivo, garantindo sua obrigatoriedade e gratuidade e estabelecendo mecanismos legais para sua efetivação. Isso representou um marco na democratização do acesso à educação no país.

No Brasil, enfrentamos um desafio significativo relacionado à exclusão digital, que afeta o acesso igualitário à educação e oportunidades. Existem diversas iniciativas positivas e bem-intencionadas em vigor, mas essas ações, no momento, são fragmentadas e isoladas, abordando apenas uma pequena parcela das necessidades reais do país.

Uma dessas iniciativas é o governo eletrônico, que disponibiliza serviços públicos online tanto em nível federal quanto estadual. Além disso, programas financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) buscam conectar escolas públicas à internet, enquanto os Telecentros da Prefeitura de São Paulo, redes de pesquisa universitária e quiosques eletrônicos dos Correios também desempenham um papel importante.

A iniciativa privada também contribui para esses esforços, com projetos como o da Telefônica, que busca fornecer acesso à internet de banda larga às escolas públicas estaduais de São Paulo.

É evidente que essas ações são fragmentadas e não abordam de maneira abrangente o problema da exclusão digital. Para efetivamente atender à massa de excluídos digitais, é fundamental que governo, iniciativa privada e organizações não governamentais unam forças e estabeleçam um projeto de política pública abrangente.

A exclusão digital não se resume apenas à distribuição de computadores e acesso à internet. Aspectos não tecnológicos, como atitudes, conhecimento e educação, desempenham um papel crucial, tendo em vista que grande parte de professores e pais também não tiveram tanto contato com a tecnologia para auxiliar filhos e alunos.

Dias (2008) destaca que o novo modelo de ensino, que se tornou obrigatório, deixou muitos professores em uma posição desconfortável, exigindo uma adaptação rápida a uma nova maneira de ensinar e aprender. Isso levanta a questão de como desenvolver a capacidade e a autonomia dos estudantes nesse contexto. Espera-se que os professores desempenhem o papel de apoio e suporte, incentivando os estudantes e desempenhando um papel na regulação e orientação de suas emoções, afetos e atitudes (MOREIRA et al., 2020, p. 352).

Carl Rogers (1997), em suas pesquisas, enfatiza a importância de estabelecer uma relação afetiva no processo de mudança que um indivíduo precisa passar.

Isso implica que o indivíduo deve sentir-se aceito pela sociedade e encontrar seu lugar de pertencimento, o que é essencial para sua jornada em direção à autorrealização. No entanto, Rogers também observa que essa idealização não se torna realidade para aqueles que não têm acesso a oportunidades adequadas (ROGERS, 1997, p. 60). Ao desenvolver uma política eficaz para abordar essa questão, é essencial considerar propostas que integrem o desenvolvimento do capital humano com a tecnologia da informação.

É crucial mostrar às pessoas como a tecnologia da informação pode ser relevante em suas vidas diárias, demonstrando aplicações práticas que atendam às suas necessidades específicas. Muitas pessoas podem ter desistido de aprender informática devido a experiências frustrantes, portanto, é fundamental motivá-las e aumentar sua confiança para investir em sua inclusão digital. Os telecentros desempenham um papel importante nessa missão, proporcionando um ambiente de apoio.

Silveira (2005) destaca a importância de implementar políticas públicas no contexto da inclusão digital, visando reduzir a "info-exclusão". Ele argumenta que a busca pela inclusão digital pode se tornar uma forma de desafiar a globalização hegemônica, desde que as comunidades e grupos socialmente excluídos se apropriem da tecnologia da informação. No mesmo estudo, o autor ressalta a existência de uma grande desigualdade global no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), historicamente, o acesso a tecnologias tem sido um instrumento de poder e uma fonte de apropriação de riqueza social.

Silveira (2005) argumenta que existem várias razões para justificar a formulação e implementação de políticas públicas de inclusão digital. Em primeiro lugar, a exclusão digital amplia a pobreza e cria obstáculos para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento das habilidades pessoais. Ele também destaca que a alfabetização tradicional só se tornou possível porque a educação se tornou uma política pública e gratuita na maioria dos países ao longo da história.

Permitir a continuidade das atividades de inclusão digital é essencial. Isso permite que os indivíduos aprofundem seus conhecimentos progressivamente. A correta utilização da tecnologia da informação pode ser uma fonte de geração de renda e melhorias na qualidade de vida, ensinando às pessoas a "pescar" digitalmente, em vez de apenas fornecer-lhes "peixes". E sempre reconhecendo as necessidades que podem variar de região para região, portanto, conciliando as estratégias de acordo com as circunstâncias locais.

Para garantir a conectividade e facilitar a educação, é fundamental que todos tenham direito ao acesso à internet. Mas o que é exatamente a internet? Segundo Castells (2004, p. 16), é uma ferramenta de comunicação que permite que pessoas em todo o mundo se conectem com vários indivíduos simultaneamente, no momento de sua escolha.

A comunicação online entre alunos e educadores por meio de aulas e aplicativos, possibilitada pela internet, teve papel fundamental para viabilizar o ensino remoto durante a pandemia. Essa capacidade pareceria quase inimaginável apenas dez anos atrás. Na década anterior, o acesso à Internet em muitas áreas dependia principalmente de linhas telefônicas, resultando em uma qualidade de conexão significativamente degradada.

As novas tecnologias e sua interatividade promovem uma nova dinâmica entre o aluno, o conhecimento, os demais alunos e o professor. Essa abordagem prioriza o aprendizado em um ambiente de ensino.

A utilização dos recursos tecnológicos de forma qualificada e educativa, alicerçada numa forte metodologia e sugestões pedagógicas, aproveitando as TIC como instrumentos de educação e esclarecimento, atendendo a diversos ritmos de aprendizagem, promovendo o pensamento imaginativo e analítico, independência e investigação, inspirando soluções para problemas presentes, integrando várias áreas de estudo, fomentando a competência linguística e cultivando as habilidades de comunicação e expressão. Também oferecem oportunidades de familiarização com o progresso científico e tecnológico e possibilitam avaliação e estratificação de processos (RUIZ GUTIÉRREZ, 2005, p. 3).

Acordando como profissionais digitais, os professores tiveram que mudar abruptamente de realidades presenciais e analógicas para abraçar a educação remota sem muita preparação ou treinamento. Essa nova forma de ensino exigia diferentes estratégias e métodos, com os quais muitos professores não estavam familiarizados.

Além disso, as famílias se viram assumindo papéis inéditos, não mais apenas responsáveis por deixar os filhos na escola, mas também assumindo as tarefas tipicamente realizadas pelos professores em sala de aula. Como resultado, eles se tornaram participantes ativos no processo de aprendizagem.

Em tempos de ensino remoto, o modelo de ensino e as necessidades mudaram, por isso era fundamental que os professores se adaptassem rapidamente aos horários estipulados de forma a atender a demanda de cada escola. A presença de uma agenda e o cumprimento rigoroso dos horários são necessários para que nenhuma mensagem ou atividade seja esquecida.

Ferreira e Bianchetti (2002, p. 260) observam que a intervenção tem sido facilitada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Essas tecnologias resultaram em uma mudança na forma como os indivíduos se relacionam e adquirem conhecimento, oferecendo múltiplas disposições.

A eficácia dessa nova abordagem dependia muito das famílias, pois os pais e responsáveis tiveram que se adaptar às novas responsabilidades. Eles se destacaram ajudando seus filhos nas atividades escolares e cultivando um ambiente doméstico que incentivava o aprendizado. O envolvimento e o apoio dos pais foram fundamentais para manter os alunos motivados e garantir o sucesso do ensino remoto.

À medida que nos recuperamos da pandemia, é fundamental priorizar a igualdade de acesso à educação e o uso efetivo das ferramentas tecnológicas, devemos criar um ambiente educacional flexível e adaptável, investindo na formação de professores, conectividade e infraestrutura digital. Adicionalmente, reconhecendo o efeito significativo da pandemia, é crucial priorizar o bem-estar mental dos alunos, reforçando os recursos de apoio psicológico e emocional.

Em resposta à pandemia de COVID-19, o Governo Federal Brasileiro tomou a decisão de substituir os cursos presenciais tradicionais por alternativas digitais. Essa diretriz foi traçada no Decreto nº 343, de 17 de março de 2020.

Em situação excepcional, é permitida a substituição de aulas presenciais por aulas de base tecnológica, desde que observada a legislação vigente e de competência da instituição de ensino superior da rede federal de ensino. Essa regra está prevista no art. 1º e aplica-se às hipóteses previstas no art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Em todo o país, uma série de decretos e portarias foram publicados pelos governos estaduais e municipais, decretando emergência e suspensão das atividades escolares, conforme portaria publicada pelo Ministério da Educação.

Com milhares de vidas ceifadas pela doença Covid-19 sem drogas e uma vacina ainda em teste, o fechamento de escolas se tornou uma medida sem precedentes para combater sua disseminação. No Brasil, impressionantes 56 milhões de alunos do ensino fundamental e superior foram interrompidos, com 32,4 milhões em transição para o ensino à distância (CHAGAS, 2020, p. 4).

Por meio de um modelo alternativo improvisado de forma paliativa, o ensino a distância tentou sustentar o ambiente educacional existente no ambiente escolar físico, conforme Santos (2020). Chagas (2020, p.33) destaca ainda que o processo de ensino se torna desafiador porque a maioria dos alunos da rede pública, cerca de 26%, não tem acesso à internet e recorre a programas de reforço escolar para seus estudos.

O modelo de Educação a Distância EaD oferece espaços virtuais que podem ser acessados de diferentes locais, permitindo a continuidade das rotinas de sala de aula. Isso é especialmente benéfico para alunos que participam de videoaulas ou programas de tutoria. É importante observar que esse modelo difere dos métodos tradicionais de ensino a distância implementados pelas escolas brasileiras, por isso é comumente referido como ensino híbrido.

O ensino digital raramente era implementado em muitas escolas e, mesmo quando o era, muitas vezes se mostrava ineficaz devido à infraestrutura inadequada das famílias dos alunos e, às vezes, dos próprios educadores. Alunos de escolas públicas, em especial, carecem de recursos tecnológicos necessários para participar de aulas ou buscar esclarecimentos, enquanto seus colegas de escolas particulares se dão ao luxo de usar aplicativos para atender prontamente suas dúvidas.

Portanto, é discutível que o surto de Covid-19 representou um período desafiador para alunos, pais e educadores. Exigiu uma mudança do ambiente de sala de aula convencional para o aprendizado remoto ou a distribuição de materiais físicos. Consequentemente, as famílias tiveram que se organizar de forma eficiente para apoiar a jornada educacional de seus filhos. No entanto, é importante considerar as diversas restrições impostas aos pais, principalmente aqueles ocupados com responsabilidades laborais durante o dia, impossibilitados de acompanhar ativamente o progresso de seus filhos. Além disso, há pais que carecem da expertise necessária para supervisionar efetivamente esse processo, o que pode prejudicar o desenvolvimento acadêmico de seus filhos (BORSTEL; FIORENTIN; MAYER, 2020, p. 18).

Com alunos, pais e professores tendo que se ajustar às novas rotinas em casa, é definitivamente um momento desafiador. Agora, as atividades rotineiras que antes eram típicas das escolas passaram a ser feitas por meio de aulas online ou com materiais impressos. As famílias precisam se unir e descobrir como fazer isso funcionar.

É importante reconhecer que, para alguns pais, eles estão ocupados trabalhando o dia todo e não têm tempo para se concentrar na educação dos filhos. E para outros, eles podem lutar porque eles próprios são analfabetos. Infelizmente, tudo isso pode impactar muito no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Para superar esta era sem precedentes e facilitar o aprendizado, é essencial que abracemos os avanços tecnológicos. No entanto, os alunos encontram inúmeros desafios em suas vidas diárias, incluindo navegar no mundo online, lutar para compreender o conteúdo e a escassez de dispositivos eletrônicos. Esses obstáculos específicos dificultam visivelmente o progresso do aluno e influenciam diretamente o cenário educacional no Brasil. Vale ressaltar que mesmo a mais sofisticada tecnologia de sala de aula não pode superar a importância de professores competentes (JUSTINO; COELHO; SANTOS, 2020, p. 14).

Navegar na internet, não entender o conteúdo e a falta de aparelhos eletrônicos são apenas algumas das lutas diárias dos alunos. Esses desafios particulares impactam diretamente a educação no Brasil, destacando a importância da adoção da tecnologia. No entanto, é fundamental observar que, apesar dos avanços tecnológicos, os professores ainda desempenham um papel vital em sala de aula.

Apesar de nossos esforços para simplificar os desafios desse processo, é importante reconhecer que a implementação de novas tecnologias requer tempo e recursos. Além disso, existe um limite de tempo para que as crianças acessem os recursos eletrônicos, o que gera inúmeras dúvidas. Para atender a essas preocupações, é imprescindível que gestores, educadores, alunos e familiares busquem o auxílio do sistema educacional.

As escolas têm a responsabilidade de orientar os alunos na utilização eficaz dos recursos tecnológicos para fins educacionais. Isso ajudará a minimizar qualquer efeito negativo na aprendizagem dos alunos e permitirá que educadores, professores e profissionais adaptem suas rotinas diárias para atender às crescentes demandas da educação e da profissão docente (JUSTINO; COELHO; SANTOS, 2020).

A atual transformação do mundo depende muito da contribuição dos professores. Com este novo mundo globalizado e transnacional, é essencial que nossos alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico para decifrar as circunstâncias em constante mudança do mundo. Em meio a avanços tecnológicos significativos, uma educação completa torna-se fundamental para aprimorar seu raciocínio científico e capacidade de analisar os aspectos humanos dessas mudanças (LIBÂNEO, 2011, p. 03).

Nossos alunos devem estar equipados com as habilidades para analisar criticamente as mudanças em curso em nosso mundo globalizado e interconectado. À medida que a tecnologia avança rapidamente, é crucial que eles possuam uma base sólida em conhecimentos gerais para aprimorar sua aptidão para o pensamento lógico e a investigação (LIBÂNEO, 2011).

Em um mundo sempre conectado, nossos alunos devem estar prontos para decifrar analiticamente as mudanças que estão acontecendo em todo o mundo. Estando em uma era de rápidos avanços em ciência e tecnologia, eles exigem uma forte educação fundamental que possa aumentar sua capacidade de se engajar no pensamento científico e colocar questões de um ponto de vista humanístico. É imperativo que as instituições educacionais promovam uma nova mentalidade de avaliação ética em que os ideais humanos fundamentais, como justiça, unidade, integridade, valorização da diversidade e reconhecimento das distinções.

Para surpresa de todos, as discussões trouxeram à tona uma nova realidade. Os professores viram-se na necessidade de ajustar suas rotinas e práticas diárias para atender às necessidades educacionais. No entanto, careciam de capacitação adequada para dar o suporte necessário a essas atividades. Com isso, vários problemas começaram a surgir na dinâmica da sala de aula, o que não é incomum em diferentes contextos educacionais. Vale ressaltar que essas realidades também são prevalentes em nosso país. Alguns desses desafios incluem a necessidade de tecnologia, como computadores, internet e até telefones celulares. Além disso, há falta de disciplina na gestão do tempo e falta de conhecimento básico. As escolas públicas, em particular, não fornecem aos professores e alunos os recursos necessários para facilitar o ensino a distância (SILVA; SILVA, 2021, p. 09).

Considerando as circunstâncias atuais, resta reconhecer que professores e alunos, como indivíduos que interagem na sociedade, estão vivenciando os efeitos dessa pandemia em vários aspectos de suas vidas, não apenas na educação (SILVA; SILVA, 2021). Assim, é fundamental considerar o bem-estar desses indivíduos para além de suas rotinas escolares habituais e também contemplar quais profissionais e alunos retomarão suas funções dentro do ambiente escolar após a pandemia, conforme observado por Tiffin e Rajasingham.

Estamos todos inter-relacionados, conectados em um ambiente global de informações. Isso nos traz consciência global e a responsabilidade de trabalhar para o desenvolvimento sustentável. Isso nos leva a encontrar respostas para desafios como poluição, pobreza, pandemias e mudanças climáticas. Em última análise, ensina-nos a conviver harmoniosamente com a Responsabilidade Global (TIFFIN; RAJASINGHAM, 2007, p. 25).

A era pós-pandêmica abrirá, sem dúvida, novas perspectivas sobre a escolarização, o cotidiano e a vocação docente, lançando luz sobre preocupações bem conhecidas como a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Mas também inspirará uma profunda reflexão sobre o autêntico papel do educador na sociedade, dada a prevalência da desvalorização dessa tão estimada profissão (SILVA; SILVA, 2021).

A instrução combinada envolve ensino on-line e off-line, com foco em garantir a conectividade e a complementaridade entre os dois. O termo "ensino remoto" é utilizado principalmente como descritor desse sistema de treinamento, que envolve a transmissão da maior parte do conteúdo por meio de cursos a distância online, incorporando também interações presenciais. Esta abordagem combinada é caracterizada por uma mistura de diferentes elementos. Para selecionar os trabalhos a serem estudados, é importante considerar critérios como a presença de descritores no título e/ou resumo do artigo, bem como publicação em português.

Uma sociedade imperfeita, híbrida, contraditória é reflexo da sociedade em mudança, em construção, com profissionais em diferentes estágios de evolução cognitiva, emocional e moral. Tudo se torna mais complexo e difícil. A educação, nas suas misturas de saberes e valores, metodologias, jogos, atividades individuais e em grupo, é uma componente chave que aqui podemos destacar. (BACICH, TANZI NETO, TREVISANI, 2015).

A educação, como afirma Moran (2014), sempre foi uma mistura, uma fusão, mesclando espaços, momentos, métodos, atividades e principalmente comunidades. O processo de ensino e aprendizagem, agora com dispositivos móveis e conectividade, está se expandindo e se aprofundando por meio de várias abordagens de aprendizagem e ensino em diversos ambientes, situações e contextos.

A complexidade da mistura é vasta, obrigando-nos a priorizar o que é valioso e relevante para aprender em um mundo diverso e em constante evolução. A sociedade contemporânea é falha, paradoxal e assim, professores, gestores, alunos e outros, podem transformar em consumidores de uma educação que oferece múltiplas perspectivas de transformação.

Neste momento, nosso frágil sistema educacional nos obriga a explorar caminhos desconhecidos, descobrir novas oportunidades e mirar em novos horizontes. Para conseguir isso, podemos mergulhar em uma metodologia que fortalecerá nossos esforços educacionais. Para tanto, me basearei em diversos estudos de conceituados autores como Lílian Bacich, Adolfo Tarzin Neto, Fernando de Melo Trevisani e José Moran. Esses estudiosos e pensadores fizeram contribuições significativas para o assunto, que publicaram em suas respectivas obras.

A integração das tecnologias móveis na educação criou um modelo híbrido. Essa nova abordagem mescla atividades virtuais e presenciais, permitindo maior agilidade no agendamento de reuniões. No dia a dia, quem se empenha em solucionar problemas e aprimorar seu campo valoriza muito o modelo híbrido. Essa metodologia inovadora, utilizada pelos professores, combina trabalho em grupo e personalização para criar uma experiência de aprendizado de qualidade. A colaboração é incentivada e cada indivíduo pode traçar seu próprio caminho em um mundo repleto de informações e oportunidades abundantes.

É possível argumentar a favor do currículo por projetos como forma de provocar mudanças na educação. Este tipo de currículo incentiva a recuperação de todos os conhecimentos e desafia os métodos tradicionais de ensino. (KELLER-FRANCO; MASSETTO, 2012, p. 12)

A integração de todos os espaços e tempos é o que a tecnologia traz em um mundo cheio de oportunidades e caminhos. A qualidade do ensino traduz-se na conjugação da personalização e do trabalho de grupo, bem como no incentivo à colaboração entre os indivíduos, permitindo-lhes ainda personalizar o seu próprio percurso. Um espaço ampliado, uma sala de aula ampliada, mistura e hibridiza constantemente ensino e aprendizagem. Essa interconexão simbiótica entre os mundos físico e digital é profunda e constante. Não são dois espaços separados, mas uma interação constante entre os dois.

A aprendizagem é influenciada pela motivação, que pode ser profunda ou superficial. A motivação profunda vem de dentro, sem depender de fatores externos, como recompensas ou punições. Por outro lado, a motivação superficial depende de reforços externos como notas, dinheiro e medo. Quando se trata de ensino remoto, é necessária uma combinação de motivação profunda e superficial. A motivação superficial ajuda a estabelecer hábitos e rotinas, principalmente com crianças, mas é crucial para os alunos internalizarem posteriormente sua própria motivação.

Para atingir os objetivos desejados, é importante que as metodologias utilizadas estejam alinhadas com eles. Para que os alunos se tornem proativos, eles devem se envolver em atividades que aumentam progressivamente em complexidade, exigindo que eles tomem decisões e avaliem os resultados, enquanto recebem materiais úteis. Da mesma forma, se pretendemos promover a criatividade, os alunos devem ter a oportunidade de explorar uma infinidade de abordagens inovadoras para expressar suas próprias ideias e tomar iniciativas.

O advento da Aprendizagem Remota, conforme discutido por Valente (2015), é um excelente exemplo da evolução e progresso contínuos testemunhados em vários setores e indústrias que aproveitam as capacidades das tecnologias digitais. Isso inclui áreas como o sistema bancário automatizado, empreendimentos comerciais e manufatura. Esses avanços redirecionaram efetivamente a ênfase dos provedores de serviços para os usuários finais. Consequentemente, Valente postula que mais do que uma tendência passageira centrada na educação, o ensino a distância deve ser reconhecido como um paradigma que se enraizou firmemente.

Muitos educadores lutam com o desafio de incorporar tecnologias digitais em sala de aula para personalizar o ensino. Segundo Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), “Aprendizado Remoto” é um termo que engloba a educação híbrida, que ocorre de diversas formas e locais. Eles enfatizam que não existe uma abordagem única para o aprendizado e que é um processo contínuo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia revelou e aumentou as desigualdades estruturais que brasileiros e brasileiras enfrentam em seu dia a dia, que não se limitam à impossibilidade de acessar, usar e se apropriar das TICs. Contudo, essa impossibilidade, que constitui a exclusão digital, é o vértice a partir do qual é possível influenciar para transformar essas desigualdades.

Para milhares, o acesso à internet e o desenvolvimento de habilidades digitais para as TICs oferecem a oportunidade de melhorar os níveis educacionais, de encontrar empregos formais e mais bem remunerados, de participar ativamente de discussões públicas e de criar redes para a reversão de desigualdades.

Se a atenção a exclusão digital era uma emergência desde antes da pandemia, o contexto de crise da saúde tem levado ao desenvolvimento de programas, políticas públicas e ações cooperativas para erradicá-lo em suas três dimensões: acesso, uso e apropriação.

No contexto atual, essa lacuna coloca crianças e jovens em risco de pobreza, abandono escolar e invisibilidade. Mas como vértice também pode ser o eixo que muda a trajetória da desigualdade enfrentada pela diversidade de gênero, raça e condições econômicas em nosso país.

Uma análise da exclusão digital não só revela como se constituem as desigualdades anteriores ou latentes, mas também revela novas relações entre as populações brasileiras particularmente vulneráveis e as tecnologias digitais, acreditando-se que deverá ajudar a construir relações.

Ao fazê-lo, não só têm mais hipóteses de lidar com as consequências das catástrofes, mas também são capazes de transformar as relações de poder que lhes negam o acesso a direitos, ao bem-estar e a vidas dignas. Verificou-se a Constituição e seus dispositivos que visam regulamentar os direitos e oportunidades de educação além da competência dos entes federados.

O objetivo deste trabalho foi abordar os desafios enfrentados pelos alunos da educação básica pública devido à pandemia de COVID-19, especificamente causada pelo ensino domiciliar ou ensino a distância.

Pode-se inferir dessa análise que a implementação do ensino a distância tem um impacto significativo no dia-a-dia de professores e alunos. O surgimento da tecnologia leva a uma mudança na alocação das interações sociais, em que as conversas presenciais são substituídas por trocas online por meio de várias plataformas.

Como resultado, a disseminação de informações e a solução de problemas ocorrem predominantemente por meio de comunicação baseada em bate-papo de plataformas digitais.

Conseqüentemente, os educadores são obrigados a ir além de suas funções instrucionais tradicionais e assumir novos papéis como criadores de atividades, conteúdos e vídeos. Além do planejamento instrucional, os professores agora devem possuir habilidades básicas de edição, publicação e muito mais. É importante observar que a implementação nacional dessas medidas servirá apenas para agravar as desigualdades socioespaciais existentes no Brasil.

No que diz respeito aos principais atores (alunos, professores e pesquisadores), este estudo propõe uma reflexão sobre a necessidade de abordar e se posicionar sobre esse tema. Além disso, foi enfatizada a importância da pesquisa e do discurso, enfatizando as diversas lutas travadas em diferentes áreas para promover a educação de qualidade e garantir o acesso justo. Nesta situação única, é crucial defender o ensino reflexivo, que pode garantir pelo menos algum grau de igualdade na educação.

Durante a pandemia de coronavírus, houve uma mudança para o estudo em casa e o ensino à distância, marcando uma mudança significativa. Em circunstâncias especiais, o MEC editou o Decreto nº 544, permitindo a transição do ensino presencial para o ensino a distância, conforme indicado por uma análise preliminar. Em seguida, foi feita uma distinção clara entre educação domiciliar, educação a distância e educação a distância.

Em meio à pandemia, houve algumas incertezas em torno da educação durante o isolamento. A educação domiciliar não é aplicável nesse cenário, pois substitui integralmente o sistema de ensino tradicional. Assim, é dever dos pais ou responsáveis zelar pela educação das crianças e dos adolescentes.

As redes educacionais foram pegadas de surpresa durante a pandemia do Sars-Cov-2 e vêm se adaptando e evoluindo incansavelmente para oferecer recursos de ensino a distância, garantindo que os alunos não se sintam abandonados e possam continuar seus estudos. Isso evidencia a dura realidade de grandes desigualdades sociais e econômicas no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso à internet e aos dispositivos digitais necessários para o ensino a distância, como computadores, celulares e tablets.

Um desafio surge do status socioeconômico dos pais, pois eles normalmente não receberam escolaridade ou treinamento adequado para compreender e auxiliar totalmente no aprendizado de seus filhos. Assim, é imperativo motivar os pais a se envolverem ativamente na educação de seus filhos para diminuir as consequências da pandemia.

Abrindo caminho para uma participação mais ativa dos alunos, algumas escolas vêm buscando encontrar soluções inovadoras para dar continuidade ao processo de aprendizagem, afastando-se das aulas tradicionais e expositivas em favor das aulas virtuais. Como resultado, a educação pós-pandemia deveria girar em torno de colocar o aluno no centro das atenções, capacitando-o para tentar ter maior responsabilidade em sua própria aquisição de conhecimento.

Os aspectos estruturais e socioemocionais da educação sofreram e continuarão sofrendo mudanças significativas na era pós-pandemia. Ao se familiarizar com os padrões emergentes, buscar-se-á adaptá-los às características únicas de cada escola, em cada região, criando assim um ambiente de aprendizado adequado para os alunos nesta nova era.

## REFERÊNCIAS:

BORSTEL, Vilson; FIORENTIN, Mariane; MAYER, Leandro. **Educação em tempos de pandemia: Constatações da coordenadoria Regional de Educação em Itapiranga**. In: PALU, Janete; MAYER, Leandro; SCHUTZ, Jenerton Arlan (org.) *Desafios da Educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

BRADBROOK, G.; FISHER, J. Digital inclusion: an analysis of exclusion in an e-enabled society. 2004. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1012166> Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL, Constituição. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 128, n. 187, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, v. 5, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 18 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Inclusão digital: 4,4 mil telecentros têm apoio federal*. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/noticias/iti-na-midia/inclusao-digital-4-4-mil-telecentros-tem-apoio-federal>. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BUSSINGER, Elda Coelho; MENDONÇA, Gabriel Heringer. Direito de acesso aos meios digitais no Brasil: uma análise diante dos reflexos da pandemia de covid-19 na participação social. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 10, n. 2, p. 107-126, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Materials for an exploratory theory of the network society**. *British Journal Of Sociology*, London, v. 1, n. 51, p. 5-24, mar. 2000.

CGI. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. **Recuperado em**, v. 29, 2019.

CHAGAS, Elisa. Data Senado: **quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia**. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia#> Acesso em 22 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. **Em Aberto**, v. 3, n. 22, 2000.

DUARTE, Clarice Seixas. O duplo regime jurídico do direito à saúde na CF/88: direito fundamental de caráter social e direito público subjetivo. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 17, n. 2, p. 420-451, 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. **Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf> Acesso em 22 set. 2022.

FERREIRA, Simone de Lucena; BIANCHETTI, Lucídio. **As tecnologias da informação e da comunicação e as possibilidades de interatividade para a educação**. Revista da Faeeba, Salvador, v. 13, n. 22, p. 253-263, dez. 2004.

FRITSCH, Rosângela et al. **Evasão escolar em tempos de adversidades: saberes, políticas e práticas**. Labor, Fortaleza, v. 2, n. 26, p. 8-10, dez. 2021.

GALVÃO, R. M. M. **Inclusão digital: Um estudo dos telecentros no Brasil**. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4626/TeseRosana.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 set. 2022.

GEHLEN, Marcelo. **Direitos fundamentais sociais: o problema de sua eficácia**. 2015.

JARDILINO, José Rubens Lima et al. Condições educacionais e exclusão digital na pandemia-2020-2021: o caso da educação pública na região dos Inconfidentes-MG. **ETD Educação Temática Digital**, v. 24, n. 1, p. 91-112, 2022.

JUSTINO, Cenira; COELHO, Maria; SANTOS, Márcia. **Os reflexos na educação durante a pandemia**. Um artigo original. Anais do 3º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma. 2020; 1264-1282.

KELLER-FRANCO, E.; MASSETO, M. T. **Currículo por projetos no ensino superior: desdobramentos para a inovação e qualidade na docência.** Revista Triângulo, v. 5, n. 2, p. 3-21, 2012.

LEÃO, José Gabriel Ferroni et al. Impacto da pandemia da covid-19 na educação básica. **Saberes Plurais: Educação na Saúde**, v. 6, n. 1 (supl.), p. 37-37, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2015.

MEDEIROS, Breno Pauli et al. O uso do ciberespaço pela administração pública na pandemia da COVID-19: diagnósticos e vulnerabilidades. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 650-662, 2020.

MONTEIRO, Thaís Lidiane; MASCIA, Márcia Aparecida Amador. Inclusão/exclusão digital nas escolas em tempo de pandemia. **Revista Educação & Tecnologia**, v. 1, n. 21 2021, p. 149-163, 2021.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5. ed. Campinas: Papirus, 2014.

MOREIRA, Judith Anteles. A cultura digital na educação de jovens e adultos em escola pública municipal de Altamira-Pará. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 7, n. 3, p. 39-54, 2023.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. O Conceito Exclusão e seus dilemas Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar (CESIN-MT/DCS/UEM)

Nº 05 - dez/jan/fev/mar - Quadrimestral - Maringá - Paraná - Brasil - ISSN 1519.6178

Disponível em: [http://www.urutagua.uem.br/005/19soc\\_neuhold.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/19soc_neuhold.htm) Publicada em 21.04.2008 - Última atualização: 15 setembro, 2008. Acesso em: 08 ago. 2023

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Educação Unisinos**, v. 25, p. 1-18, 2021.

PANDOLFI, Dulce. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PICAZIO, Joseph Rodrigo Amorim; SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini. A exclusão digital na sociedade da informação e o exercício da cidadania. **Revista Direito & Paz**, v. 1, n. 46, p. 215-233, 2022.

PINTO, Viviane Séllos; ALVES, Elaine Cristina de Lara. **Educação, direitos humanos e políticas públicas: uma abordagem crítica**. 2010.

PRIMO, Samoel; BAITEL, Daniele Terezinha. O ensino remoto e a exclusão digital de alunos e professores das escolas do campo. In: **Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação**. 2022.

ROSA, Chaiane de Medeiros et al. Os efeitos da pandemia da COVID-19 na permanência na educação superior: o cenário de uma universidade federal brasileira. **Revista iberoamericana de educación**, 2021.

RUIZ GUTIÉRREZ, María P. **Tecnología educativa: nuevos retos, nuevas perspectivas**. [S.l.]: CVGobernabilidad, 20 Oct. 2005.

SABINO, Raquel et al. Experiência educativa para superar aspectos negativos da pandemia da covid-19 na escola pública. **Revista Prática Docente**, v. 8, n. 1, p. e23026-e23026, 2023.

SANTOS, Claitonei. Educação escolar no contexto de pandemia: Algumas reflexões. **Gestão e tecnologia**, v. 1, n. 30, 2020.

SANTOS, Edméa O. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho... **Revista Docência e Cibercultura**. Notícias. 2020.

SILVA, Maria; SILVA, Raniele. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 7. 2021. **Educação e ensino remoto em tempos de pandemia: desafios e desencontros**. Centro Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas, Universidade Estadual da Paraíba, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inclusão digital, Software Livre e globalização contahegemônica. **Acesso em**, v. 27, 2005.

**The affordability report 2020.** Alliance for Affordable Internet, A4AI, 2020.

Disponível:[https://a4ai.org/wpcontent/uploads/2022/03/A4AI\\_ExecutiveSummary\\_Portuguese.pdf](https://a4ai.org/wpcontent/uploads/2022/03/A4AI_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf) Acesso em: 15 ago. 2023

TIFFIN, John.; RAJASINGAM, Lalita. **A Universidade virtual e global.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

UNICEF et al. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série. **Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil,** 2021.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-9, 2010

